



**UNIVERSIDADE FEDERAL SÃO CARLOS
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)
CURSO DE PEDAGOGIA**

Valdineia de Fatima Roventini Gonçalves

Educação Inclusiva No Ensino Fundamental:

desafios e possibilidades.

Sorocaba

2025

FOLHA DE ROSTO

Valdineia de Fatima Roventini Gonçalves

Educação Inclusiva No Ensino Fundamental:

Desafios e Possibilidades.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Pedagogia para
obtenção do título de Licenciada em Pedagogia
da Universidade Federal de São Carlos.
Área de concentração: Educação.

Orientação: Marcio Bernardino Sirino

Sorocaba

2025

VERSO DA FOLHA DE ROSTO

FICHA CATALOGRÁFICA

Gonçales, Valdineia de Fatima Roventini

Educação inclusiva no ensino fundamental: desafios e possibilidades. / Valdineia de Fatima Roventini Gonçales -- 2025.
16f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Márcio Bernardino Sirino

Banca Examinadora: Lilian Ucker Perotto, Elizângela

Fernandes dos Santos Wavamunno

Bibliografia

1. Educação Inclusiva. I. Gonçales, Valdineia de Fatima Roventini. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome do autor

Título

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia da Universidade Federal de São Carlos.
Área de concentração: Educação.
Sorocaba, 15 de junho de 2025.

Orientador(a)

Dr. Marcio Bernardino Sirino

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora

Dra. Lilian Ucker Perotto

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Examinadora

Dra. Elizângela Fernandes dos Santos Wavamunno

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

RESUMO

GONÇALES, Valdineia de Fatima Roventini. Educação Inclusiva No Ensino Fundamental: desafios e possibilidades. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2025.

Este trabalho aborda a temática da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, destacando os desafios e as possibilidades para a construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e assegurem o direito à aprendizagem de todos os alunos. A partir de uma pesquisa bibliográfica, o estudo busca compreender os fundamentos da inclusão escolar e refletir sobre o papel da escola, dos professores e da comunidade escolar no processo de inclusão. O artigo apresenta conceitos, legislações e propostas de ações inclusivas, com foco na garantia da aprendizagem significativa para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, partindo do pressuposto que a Educação Inclusiva representa um princípio fundamental para a construção de uma sociedade democrática e igualitária. No contexto do Ensino Fundamental, a inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial impõe desafios às instituições de ensino e profissionais da educação, exigindo adaptações didáticas, pedagógicas e estruturais.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino Fundamental, Diversidade, Prática Pedagógica.

ABSTRACT

This paper addresses the topic of Inclusive Education in Elementary School, highlighting the challenges and possibilities for developing pedagogical practices that respect diversity and ensure the right to learning for all students. Based on a literature review, the study seeks to understand the foundations of school inclusion and reflect on the role of the school, teachers, and the school community in the inclusion process. The article presents concepts, legislation, and proposals for inclusive actions, focusing on ensuring meaningful learning for students with disabilities, pervasive developmental disorders, and giftedness/high abilities. It is based on the premise that Inclusive Education is a fundamental principle for building a democratic and equitable society. In the context of Elementary Education, the inclusion of students who are the target audience of Special Education poses challenges to educational institutions and professionals, requiring didactic, pedagogical, and structural adaptations.

Keywords: Inclusive Education; Elementary School; Diversity; Pedagogical Practice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. METODOLOGIA	9
3. REVISÃO DE LITERATURA	10
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	12
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	14
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16

1 INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva é um tema amplamente discutido no cenário educacional brasileiro, principalmente após a promulgação de legislações e políticas públicas que asseguram o direito de todos à educação. No Ensino Fundamental, a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas representa um desafio, mas também uma oportunidade para promover a convivência na diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A inclusão escolar é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que asseguram a oferta de educação de qualidade para todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sensoriais ou sociais e também é amparada pela Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, que tem como finalidade assegurar e fomentar, em condições de igualdade, os direitos e as liberdades essenciais das pessoas com deficiência. Seu propósito é garantir a participação plena na sociedade e o exercício da cidadania, tratando de temas como acessibilidade, direitos e responsabilidades, além de sanções para crimes e violações cometidos contra esse grupo.

No Ensino Fundamental, etapa obrigatória da educação básica, o desafio de efetivar a inclusão é ainda maior, considerando a heterogeneidade presente nas salas de aula e as demandas específicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Assim, é imprescindível repensar as práticas pedagógicas e as condições estruturais das escolas para acolher e respeitar as diferenças.

A Educação Inclusiva propõe a superação de modelos segregacionistas e a construção de ambientes escolares democráticos, nos quais todos os alunos possam aprender e se desenvolver. Esse processo, contudo, envolve questões complexas, como a formação de professores, a adaptação de materiais, a acessibilidade e a mudança de concepções e atitudes.

Diante desse cenário, este artigo propõe discutir os desafios e possibilidades para a efetivação da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, buscando contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e assegurem o direito à aprendizagem.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, analisando os princípios que a fundamentam e as estratégias necessárias para a efetivação desse direito nas escolas brasileiras, sem falar que essa prática também tem as participações de muitos profissionais, entre os envolvidos podemos concluir: os professores, os psicólogos, psicoterapeutas entre outros, pois hoje essa temática vem ganhando muito espaço

na nossa sociedade, pois é um assunto muito pertinente e atual que merece ser tratado com muita ênfase.

2 METODOLOGIA

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, com base em autores que discutem a Educação Inclusiva e documentos oficiais que regulamentam o direito à educação para estudantes com deficiência e outras necessidades específicas. Em seu livro “Metodologia do Trabalho Científico”, Severino define a pesquisa bibliográfica como

aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (SEVERINO, 2013, p. 105).

Foram utilizados livros, artigos acadêmicos e legislações educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A metodologia bibliográfica permitiu o levantamento, a análise e a síntese de informações relevantes para a compreensão do tema e para a proposição de ações que favoreçam a inclusão no Ensino Fundamental.

A efetivação da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental ainda enfrenta desafios significativos. Muitas escolas carecem de infraestrutura adequada, recursos pedagógicos acessíveis e serviços de apoio especializados. Além disso, persistem concepções equivocadas e preconceitos, que dificultam a convivência e o aprendizado na diversidade.

A falta de formação específica dos professores é apontada como uma das principais barreiras à inclusão. Embora a legislação brasileira estabeleça a oferta de atendimento educacional especializado, como no artigo 28 da Lei nº 13.146/2015 nem sempre os profissionais da educação possuem conhecimento e recursos para atender às necessidades dos estudantes (BRASIL, 2015).

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – aprendizado acessível e adequado às necessidades específicas do estudante com deficiência, assegurando:

a) métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades;

b) professores com formação adequada nas escolas regulares para o atendimento especializado, bem como formação continuada;

c) oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, para pessoas surdas ou com deficiência auditiva (BRASIL, 2015).

Para enfrentar essas dificuldades, algumas estratégias podem ser adotadas, como a formação continuada dos docentes, o trabalho colaborativo entre professores da sala comum e profissionais de apoio, a adaptação curricular e a utilização de tecnologias assistivas. Além disso, é fundamental promover uma cultura escolar inclusiva, pautada no respeito às diferenças e na valorização da convivência. Essa convivência faz com que nossos estudantes se sintam acolhidos e protegidos e é o mínimo que esperamos nessa inclusão tanto educacional quanto social, pois é preciso que nossas crianças sejam respeitadas além das paredes da escola, pois também são cidadãos que enfrentam o dia a dia em sociedade em geral.

O uso de metodologias ativas e diversificadas também contribui para a inclusão, pois favorece a participação de todos os estudantes e permite a adaptação das atividades conforme as necessidades. A flexibilização do currículo e das avaliações possibilita que os objetivos sejam alcançados considerando as potencialidades de cada aluno.

Vale frisar que todo e qualquer assunto relacionado a diversidade vem sendo um grande avanço em nossa sociedade em geral, principalmente quando os profissionais envolvidos focam nessas metodologias ativas, pois tudo que envolve a diversidade vem ganhando um espaço importante nos dias de hoje dentro das escolas. Precisamos nos conscientizarmos que todo esse esforço e adaptação nos trará resultados mais satisfatórios.

3 REVISÃO DE LITERATURA

A Educação Inclusiva fundamenta a ideia de que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, devem ter acesso à escola regular, em um ambiente que favoreça sua aprendizagem e desenvolvimento.

De acordo com Mantoan (2006), a inclusão escolar não se restringe ao acesso físico ao espaço escolar, mas envolve uma reformulação de atitudes, metodologias e recursos pedagógicos para atender às necessidades de todos os alunos, essa inclusão não significa apenas o acesso físico à escola, mas implica mudanças nas atitudes, concepções e práticas pedagógicas. A autora defende que as diferenças devem ser reconhecidas e valorizadas como elemento enriquecedor do processo de ensino e aprendizagem.

A possibilidade de ensinar todos os alunos, sem discriminação nem práticas de ensino diferenciadas para alguns, deriva, pois, de uma reestruturação do projeto político-pedagógico como um todo e das reformulações que esse

projeto exige da escola para que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa (MANTOAN, 2006, p. 62).

A Declaração de Salamanca (1994) também se constitui em um marco importante na luta pelos direitos das pessoas com deficiência à educação, propondo que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições, o documento defende que a escola inclusiva é aquela que oferece ensino de qualidade para todos, adaptando-se às necessidades de cada estudante. A declaração traz em um de seus trechos os seguintes dizeres:

Acreditamos e Proclamamos que: toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem em uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (UNESCO, 1994, p. 1).

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) orienta que o atendimento educacional especializado deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de ensino, com apoio de serviços e recursos protegidos.

Para garantir uma educação inclusiva de qualidade, é necessário investir na formação continuada dos professores, na adaptação curricular e na acessibilidade arquitetônica e comunicacional, bem como no fortalecimento do trabalho colaborativo entre todos os envolvidos no processo educativo.

Esse processo visa melhorar a qualidade de vida educacional do estudante e dar um apoio específico ao profissional da educação especial, podendo assim ter um grande avanço no ensino/aprendizagem aos envolvidos.

Através dessa questão, a educação nas escolas já vem sofrendo essas mudanças e é nítido o progresso dos alunos em questão, alunos que estão sendo beneficiados com os novos métodos de ensino e a capacitação em geral.

Além disso, a inclusão escolar também promove o desenvolvimento de habilidades sociais, promovendo a convivência e o respeito às diferenças entre os estudantes. Essa

convivência, por sua vez, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes e tolerantes, preparados para atuar em uma sociedade diversificada.

Outro aspecto importante é a necessidade de envolver toda a comunidade escolar na cultura da inclusão, promovendo debates, sensibilizações e ações que reforcem o compromisso de todos com a construção de um ambiente mais justo e acolhedor.

Dessa forma, a educação inclusiva não é uma responsabilidade apenas dos profissionais de educação, mas de toda a sociedade, que deve valorizar e apoiar ações que promovam a equidade e o respeito às diferenças.

É importante destacar também que a construção de práticas inclusivas exige mudanças estruturais e culturais dentro das instituições escolares. Essas mudanças envolvem a revisão das propostas pedagógicas, a flexibilização dos conteúdos e a diversificação das estratégias de ensino, visando atender às singularidades de cada estudante.

A gestão escolar tem papel decisivo nesse processo, atuando como mediadora e incentivadora de práticas que garantam o direito à aprendizagem a todos os alunos. Paralelamente, a parceria com as famílias é essencial para o acompanhamento e fortalecimento do desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes.

Quando a escola e a família trabalham de forma integrada, os resultados são mais efetivos e o processo inclusivo se torna mais consistente e significativo. Cabe ainda ressaltar a importância de políticas públicas que assegurem investimentos contínuos em acessibilidade, tecnologias assistivas e capacitação docente, pois sem essas condições, a inclusão tende a se restringir ao discurso.

Portanto, a efetivação da educação inclusiva depende de esforços coletivos, de atitudes acolhedoras e de uma sociedade que compreenda e valorize as diferenças como parte fundamental do convívio humano.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos anos, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de aprofundar a compreensão sobre os desafios e potencialidades da educação inclusiva no Brasil e em outros contextos. Um dos trabalhos mais recentes é o de Leite, Alves e Jesus (2024), que analisam a formação inicial de professores para a inclusão escolar, comparando as estruturas curriculares de cursos de licenciatura no Brasil e em Portugal. Os autores evidenciam lacunas na formação docente, especialmente quanto à preparação prática para o atendimento de alunos

com deficiência. Apesar da relevância da análise comparativa, o estudo é limitado por sua abordagem teórica, sem coleta de dados empíricos.

Outro trabalho relevante é o de Miguel et al. (2024), que realizaram uma revisão de escopo sobre a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. O estudo mapeou práticas e estratégias adotadas por instituições de ensino superior, como o uso de tecnologias assistivas e o oferecimento de serviços de apoio. No entanto, seu foco no ensino superior restringe a aplicabilidade direta ao ensino básico, além de carecer de dados coletados diretamente com estudantes ou professores.

No campo da educação básica, Razuck e Cavalcante (2024) discutem recomendações teóricas para tornar as escolas mais inclusivas. O estudo propõe ações voltadas à reestruturação organizacional e à mudança da cultura institucional das escolas. Apesar das contribuições conceituais, o artigo apresenta como limitação a ausência de validação prática das propostas em contextos reais.

Já Pérez Castro (2024), em um estudo publicado em um periódico internacional de educação, examina a relação entre práticas avaliativas e pedagogia inclusiva no ensino superior. O autor reflete sobre os conflitos entre critérios acadêmicos rígidos e a necessidade de adaptações pedagógicas para atender à diversidade. Apesar de oferecer uma perspectiva crítica sobre a avaliação, o estudo foca em uma realidade distinta da brasileira, o que limita sua aplicação imediata ao ensino fundamental no país.

Por fim, Oliveira Galvão e Roberto da Silveira (2023) abordam a inclusão de pessoas com deficiência a partir de uma perspectiva crítica inspirada na teoria das “linhas abissais” de Boaventura de Sousa Santos. Os autores destacam barreiras simbólicas, culturais e institucionais que ainda dificultam a plena inclusão, mesmo diante dos avanços legislativos. O trabalho é valioso por sua abordagem filosófica e crítica, mas carece de proposições práticas e de validação empírica.

A seleção desses cinco estudos se justifica por sua atualidade (publicações entre 2023 e 2024), diversidade de enfoques (formação docente, práticas avaliativas, ensino superior e reflexões filosóficas), e por contribuírem significativamente para o debate contemporâneo sobre inclusão, todos ampliam a compreensão sobre os desafios e caminhos possíveis para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Espera-se que, a partir da reflexão proposta não apenas neste trabalho, mas também nos demais trabalhos supracitados, gestores, professores e demais profissionais da escola possam ampliar sua compreensão acerca da importância da Educação Inclusiva e reconhecer o papel de cada um na construção de práticas pedagógicas inclusivas, assim cada um fazendo a sua parte,

todos estarão ajudando de certa forma à construir uma educação de maior qualidade e automaticamente alunos mais engajados e mais preparados.

O estudo busca também sensibilizar a comunidade escolar para a necessidade de garantir condições de acessibilidade física, pedagógica e atitudinal, além de promover a formação continuada dos docentes sobre as especificidades do ensino para a diversidade. Quando falamos em comunidade escolar, vale ressaltar a importância da participação da família, pois através do apoio familiar conseguimos unir forças para se obter resultados mais favoráveis e com maiores benefícios aos nossos estudantes.

A importância também de uma estrutura preparada para receber essa diversidade, pois se a escola estiver apta com os materiais e com sua área física adaptada, os problemas vão se reduzindo e assim colaborando para a construção de uma educação mais digna e revolucionária.

Com isso, acredita-se que será possível contribuir para o desenvolvimento de um ambiente escolar mais acolhedor, democrático e comprometido com o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, sem esquecer também que vale ressaltar sobre a importância em trabalhar com os alunos a conscientização sobre bullying entre outras coisas desagradáveis que vemos nas escolas diariamente, estimular mais nossos estudantes, falar um pouco mais sobre empatia e assim quem sabe conseguir um resultado mais favorável entre os estudantes e os demais profissionais envolvidos nessa luta.

Atualmente é muito comum entrar na sala de aula e notar a falta de interesse dos alunos e por incrível que pareça é muito nítido que os alunos em questão sofrem mais, mas ao mesmo tempo são os mais esforçados, eles vêm para escola com muita vontade de aprender coisas novas, notamos que são alunos participativos e engajados, interessados e isso é muito gratificante para o nosso trabalho.

Com esse trabalho, buscamos essa mudança no cenário atual, cenário esse que já vem sofrendo mudanças, mas acredito que com um pouco mais de esforço iremos chegar no objetivo esperado. Essa luta constante onde os profissionais unem seus esforços pelo aperfeiçoamento por uma educação mais inclusiva em nossas escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva no Ensino Fundamental é um direito assegurado por lei e um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para que esse direito se concretize, é imprescindível repensar o papel da escola, dos professores e da comunidade escolar, valorizando as diferenças e promovendo práticas pedagógicas que respeitem as singularidades de cada estudante, é um compromisso social e ético que demanda

o envolvimento de toda a comunidade escolar. Mais do que garantir o acesso à escola, é necessário assegurar condições para a participação efetiva e a aprendizagem de todos os estudantes, respeitando suas singularidades.

A efetivação da inclusão requer o compromisso coletivo da gestão escolar, da formação adequada dos professores, da adaptação curricular e da garantia de acessibilidade. Além disso, é necessário combater preconceitos e atitudes discriminatórias, promovendo uma cultura de respeito e valorização da diversidade, pois este artigo contribui para o debate sobre a importância da Educação Inclusiva e reforça a necessidade de continuidade nos estudos e ações voltadas para a efetivação desse direito nas escolas brasileiras, embora haja avanços legais e conceituais, persistem desafios práticos que exigem investimento em formação docente, infraestrutura, recursos pedagógicos e serviços de apoio. A mudança de atitudes e a construção de uma cultura escolar inclusiva são fundamentais para a superação das barreiras à inclusão.

Esse artigo buscou refletir sobre a Educação Inclusiva no Ensino Fundamental, analisando os princípios que a fundamentam e as estratégias necessárias para a efetivação desse direito nas escolas brasileiras. Conclui-se que a Educação Inclusiva é um processo em construção, que deve ser continuamente debatido, aprimorado e efetivado no cotidiano escolar.

Através desse artigo, podemos notar não somente a importância da luta quanto as dificuldades tanto política quanto social, mas sim na necessidade dessa busca por alternativas relevantes nesse processo tão difícil para o progresso educacional e além do mais e mais importante é sobre saber respeitar um ao outro, pois ao trazer esse assunto pertinente as nossas crianças, estamos não somente incluindo um aluno, mas sim alguém que muitas das vezes em silêncio clama por ajuda e apoio por uma convivência mais justa e acolhedora.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: abr. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: atualidade e desafios**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 5-22, 2007.
- LEITE, L. de S.; ALVES, E. P.; JESUS, D. M. de. **Formação inicial de professores e inclusão escolar no Brasil e em Portugal**. Revista Educação Especial, v. 37, n. 1, e47/1–33, 6 dez. 2024.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MIGUEL, A. C. C. et al. **Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior: uma revisão de escopo**. Revista Educação Especial, v. 37, n. 1, e11/1–23, 4 abr. 2024.
- OLIVEIRA GALVÃO, A. de; ROBERTO DA SILVEIRA, C. **A Pessoa Com Deficiência E A Educação Inclusiva: uma reflexão a partir das linhas abissais**. Revista Temas em Educação, v. 33, n. 1, e-rte331202425, 21 dez. 2023.
- RAZUCK, Renata C. de S. R.; CAVALCANTE, Sheila C. R. **Educação Especial: recomendações teóricas sobre como tornar uma escola inclusiva**.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, v. 6, n. 1, p. 93–113, 8 abr. 2024.
- PÉREZ CASTRO, Judith. **Pedagogía inclusiva y evaluación de los aprendizajes, una relación compleja**. Debates em Educação, v. 16, n. 38, e16835, 15 mar. 2024.
- UNESCO. **Declaração De Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.